

ENTRE A ARQUIVOLOGIA E A HISTÓRIA – PROJETO DE REORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA

Josemar Henrique Melo
Universidade Estadual da Paraíba
josemarhenrique@gmail.com

Nereida Soares Martins da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
nereida.ufpb@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Até o início do século XX, as Santas Casas de Misericórdia do Brasil¹ detinham poderes religiosos, administrativos e políticos consideráveis que, no entanto, só podem ser avaliados plenamente em suas nuances regionais e locais. Sob o patrocínio régio português, as Santas Casas² logo se tornaram a irmandade leiga de maior poder no ultramar com grande importância para a manutenção do domínio português (ABREU, 1999). Eram instituições fundamentais de assistência pública que atuavam como núcleos de poder local e, desde o início da colonização portuguesa na América, instalaram-se nas capitanias reais e

1 É interessante destacar que, até a independência do Brasil, já haviam 10 instituições deste gênero no território brasileiro: Olinda (1539), Santos (1543), Salvador (1549), Rio de Janeiro (1567), Vitória (1551), São Paulo (1599), João Pessoa (1602), Belém (1619), São Luiz (1657) e Campos (1792). (KHOURY, 2004)

2 As Santas Casas descendem de atividades de apoio institucionalizadas que, em Portugal, existem desde o século XI e se originaram na assistência, principalmente nos períodos de grande flagelo, aos peregrinos de toda Europa à Santiago de Compostela com albergarias e hospedarias, sendo comum a existência de hospitais anexos e estes prédios. (KHOURY, 2004)

outros centros de importância estratégica acumulando diversas obrigações de caridade.

A partir dessas obrigações de caridade desenvolveram-se atividades administrativas que, ao longo de séculos, resultaram na produção de uma volumosa massa documental. O que desse material sobreviveu ao tempo encontra-se atualmente no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba e preserva um rico manancial de informações que guardam traços comuns entre si e se desdobram em um patrimônio importante para a cidade de João Pessoa. As atividades exercidas pela SCM/PB se estendiam por esferas fundamentais da sociedade paraibana colonial, imperial e republicana, ocupando um papel preponderante na conformação da nossa história local. Este aspecto pode ser observado quando:

A própria cidade se expande a partir de algumas das atividades da confraria, que influem na distribuição e no uso dos espaços públicos [...]. Algumas das funções exercidas como a acolhida dos expostos na roda, ou a assistência a loucos e presos, vão se impondo como demandas de serviços da administração pública e deixando ao mesmo tempo, suas marcas na memória de cada cidade, sugerindo e permitindo complementar estudos sobre a infância abandonada e a população excluída e marginalizada. (KHOURY, 2004, p. 27)

O acervo do referido Arquivo que é o objeto delimitado do nosso interesse encontra-se atualmente localizado no andar superior da Igreja da Misericórdia, centro de João Pessoa. Trata-se de um espaço para depósito de documentos permanentes, dividido em três grandes salas em condições absolutamente inadequadas de armazenamento, sem a identificação da estrutura organizacional necessária a um arquivo e sem os

meios para recuperar as informações e disponibiliza-la com o mínimo de eficácia aos usuários. Não há arquivista e aqueles que decidem pesquisar o acervo contam apenas com a benevolência e inestimável solicitude do administrador da SCM da Paraíba. Não obstante tal condição trata-se de um “tesouro” de valor inestimável à memória local em torno do qual desenvolvemos este projeto de organização e conservação documental.

O referido projeto já conta com a participação voluntária de alunos do curso e professores do curso de Arquivologia do Campus V da Universidade Estadual da Paraíba, desde o segundo semestre do ano de 2014 e serve de base à pesquisa de doutorado da coordenadora deste projeto junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. É importante ressaltar que o projeto está aberto, mesmo sem os instrumentos de pesquisa necessários, para apoiar estudos de diversas áreas do conhecimento, pois as informações ali custodiadas podem avalizar inúmeros trabalhos, bem como revisões historiográficas.

Neste sentido, o acervo da instituição já serviu de base para a elaboração de uma monografia de conclusão de curso de Arquivologia da UEPB, produzida pela aluna Mayara Araújo do Nascimento Luna e intitulada “Caridade sistematizada: (tipologia dos registros documentais da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba (1844-1897)”. Neste trabalho, a arquivista, a partir da leitura desses documentos, conseguiu reconstituir as tipologias básicas produzidas e, principalmente, as relações orgânicas dos documentos com as pessoas responsáveis por esta produção, remontando assim a estrutura da instituição no período específico estabelecido no corte cronológico da pesquisa.

O acervo documental pertencente ao arquivo da Santa Casa da Paraíba possui uma grande variedade tipológica. Um

levantamento inicial³ permite observar que a maior parte dos documentos foi-se perdendo com o passar do tempo, num processo muitas vezes registrado em relatórios de provedores, de forma que existe um número reduzido de documentos referentes ao período colonial, tendo um acúmulo significativo de documentos datados dos tempos do Império e da República.

Acreditamos que o Arquivo o qual temos como objetivos reorganizar, recuperar e disponibilizar reflete a estrutura administrativa histórica da instituição e que, através dele, podemos compreender o desenvolvimento, atuação, consequências e limites dos serviços prestados.

2 HISTÓRIA ADMINISTRATIVA E ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL

Os arquivos são as bases da memória institucional, pois são os produtos documentais das atividades realizadas pelos diversos órgãos, seja público ou privado, e servem como base para a reconstrução histórica dessa mesma instituição, ou da região em que ele se insere. Neste sentido, o arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba possui um importante acervo, porém, atualmente, não possui nenhuma estrutura arquivística e a sua situação atual aproximasse do caos.

Assim, no decorrer de toda a sua história a Santa Casa da Paraíba produziu um acervo extremamente rico e que, durante

3 Em 2009, no evento intitulado "I Seminário Nacional de fontes documentais e pesquisa histórica: diálogos interdisciplinares", ocorrido no Campus I da Universidade Federal de Campina Grande – PB, durante uma comunicação foi apresentado os resultados de uma pesquisa desenvolvida por alunos do curso de arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba que tinha como objetivo o "Mapeamento dos registros documentais da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba". Parte das conclusões deste trabalho eu pude observar através diretamente através das visitas realizadas ao arquivo desde fins de 2012. Ver também: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (org.). Diálogos Interdisciplinares: Anais dos Textos Completos do 1º Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica. Campina Grande: Editora da UFCG, 2009. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/isnfdph/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=127 (último acesso em 24/09/2014).

muitos anos, ficou relegado ao abandono, tendo em vista que não recebe nenhum apoio de instituições para a manutenção do seu arquivo. Ao propor a organização de um arquivo permanente cujo acervo documental é portador de incalculável valor histórico e que, não obstante sua antiguidade e importância permanece pouco explorado, já pressentíamos ter pela frente um trabalho desafiador. Assim sendo, este artigo procurou apresentar dificuldades e possibilidades decorrentes da execução em andamento do projeto de organização do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

É importante ressaltar que a complexidade do trabalho de organização deste acervo em particular se dá em virtude da intrincada rede de relações estabelecidas entre a irmandade e as esferas governamentais municipais e provinciais, além das múltiplas atividades nas quais estava envolvida a Santa Casa da Paraíba. Outro problema é a escassez de referências bibliográficas sobre a trajetória histórica⁴ da instituição e as enormes lacunas documentais para compor tal história.

2.1 História institucional

A Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba foi fundada pelo particular Duarte Gomes da Silveira na última década do século XVI e está situada, atualmente, na Rua Duque de Caxias, antiga Rua Direita, no centro histórico e comercial da Cidade de João Pessoa⁵. Tendo passado por mudanças e

4 Além do livro de Wilson Seixas, dentre as obras bibliográficas que oferecem informações históricas relevantes a respeito da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba podemos citar: Lopes Machado, Maximiano – “História da Província da Paraíba”; Ferreira Pinto, Irineu – “Datas e notas para a história da Paraíba”; De Almeida, Horácio – “História da Paraíba”.

5 Embora não existam documentos que permitam precisar a data de construção desta Igreja, o historiador Wilson Nóbrega Seixas chama atenção para algumas fontes documentais que sugerem a existência da Igreja ainda no século XVI, em especial a ata da Primeira Visitação do Santo Ofício à Paraíba, de 1595, que situa a “igreja da misericórdia” na rota da procissão solene que abria os trabalhos inquisitoriais. Ver: SEIXAS, Wilson Nóbrega.

reformas significativas nos séculos seguintes, compunha-se, até as primeiras décadas do século XX, de um conjunto arquitetônico que reunia, além da Igreja, o Hospital de Caridade, o Adro e seu entorno que servia como cemitério. Sua administração seguia os padrões de um sistema construído ao longo dos anos precedentes e funcionava com base nas mordomias⁶ que dividia o trabalho de administração em “setores” de caridades, submetidos à supervisão geral de um provedor.

As diretrizes que regiam as funcionalidades e regulamentações da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, tal como nas demais pertencentes a esta irmandade, foram estabelecidas por “Compromissos” que eram reformados de tempos em tempos⁷. O primeiro compromisso firmado por esta instituição se perdeu tal como a maior parte dos documentos produzidos nos séculos XVI e XVII. Embora em muitos documentos constem referências ao compromisso anterior de 1723, atualmente, no arquivo da Santa Casa da Paraíba, o regulamento mais antigo encontrado é o de 1856. Sabemos, no entanto, que a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa determinou, em seu primeiro compromisso (datado de 1499 e impresso, já provavelmente reformado, em 1516), as linhas gerais que orientariam as demais instituições que se fundaram sob seu nome, sendo a lei regulamentadora de todas as Santas Casas de Misericórdia estabelecidas no Brasil (SEIXAS, 1983, p. 121). De acordo com este compromisso, a irmandade organizava-se em torno das chamadas 14 obras de caridade, sete espirituais e sete corporais, inspiradas pelo

Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 anos. *João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.*

6 De acordo com os relatórios dos provedores da Santa Casa da Paraíba, na segunda metade do século XIX as mordomias se dividiam, com pequenas variações de provedoria, em: hospital; expostos ou órfãos; igreja; cemitério; presos; pensionistas ou esmolados; patrimônio; dívidas ativas e passivas e receitas e despesas.

7 Os Compromissos das Santas Casas são documentos normativos e constituintes de grande importância que expressam a missão/finalidade da Instituição, as regras concernentes às suas atividades e os meios de concretizá-las.

Evangelho e consignadas segundo são Mateus, a saber: Ensinar os ignorantes, dar bom conselho, punir os transgressores com misericórdia, consolar os infelizes, perdoar as injúrias recebidas, suportar as deficiências do próximo, orar a Deus pelos vivos e mortos, resgatar cativos e visitar prisioneiros, tratar os doentes, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e os pobres, sepultar os mortos (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 14-15).

A maior parte da documentação produzida pela Santa Casa de Misericórdia da Paraíba é resultante, principalmente, das ‘atividades corporais’ empreendidas de acordo com os compromissos que, como já dito, se reformavam de tempos em tempos, mas cuja base foi exposta acima. De acordo com o levantamento geral que fizemos até o presente momento, o acervo apresenta de forma irregular os registros dessas atividades de modo que, para algumas, temos um número significativo de documentos e séries, enquanto outras são raras, ou mesmo inexistem. Até que ponto nós podemos considerar que esse quadro é um reflexo do funcionamento próprio da Igreja da Misericórdia da Paraíba, ou, se na verdade é o resultado das perdas documentais que o arquivo vem sofrendo ao longo dos séculos? É algo que ainda nos falta esclarecer. Podemos, no entanto, apresentar de forma preliminar as primeiras impressões obtidas a partir de nosso trabalho no arquivo, desde 2014.

As informações mais relevantes a respeito de grande parte das atividades exercidas são obtidas através dos relatórios gerais da provedoria apresentados anualmente pelo provedor geral à Mesa Administrativa da Santa Casa. Tais relatórios gerais são uma síntese produzida a partir dos relatórios administrativos específicos das Mordomias sobre o que de mais relevante teria ocorrido ao longo do ano precedente e também uma espécie de

prestação de contas⁸. Ordinariamente tais documentos eram apresentados no dia 2 de julho⁹, que encerrava o período anual de trabalhos e dava início ao seguinte, com eleições gerais para os irmãos que irão compor a mesa e para a Provedoria. Como dito anteriormente, o relatório manuscrito mais antigo do acervo encontrado até o momento data do ano de 1856 e abre uma série cronológica, sem lacunas, até a atualidade¹⁰. Abaixo, seguem-se informações fundamentais a respeito das obras de caridade praticadas pela Irmandade paraibana obtidas a partir de uma análise parcial dos documentos organizados.

No que diz respeito à caridade prestada aos presos, as únicas fontes disponíveis até então são os referidos relatórios gerais, que apresentam informações sobre doações de roupas realizadas nos presídios, assistência jurídica aos condenados (sobretudo os condenados à “morte eterna”, cujos corpos ficavam expostos sem direito de serem resgatados para enterramento) e alimentação aos presos. Além disso, várias informações interessantes sobre as condições de higiene e maus tratos aos quais os presos estavam submetidos podem ser extraídas desses documentos.

A assistência hospitalar expressa no compromisso de “cuidar e visitar os enfermos” talvez tenha sido àquela a que a Santa Casa mais dedicou meritórios esforços. Segundo Wilson Seixas (1985), há indícios de que o “Hospital da Caridade” da Paraíba tenha sido erguido como anexo poucos anos após

8 *Pelo que pudemos observar, as atividades corporais deram origem a setores administrativos chamados Mordomias, cada qual a cargo de um “Mordomo” e todas respondiam à administração central na figura do Provedor Geral.*

9 Esta data é comemorativa das santas casas e também é o dia Santa Isabel de Portugal santa de devoção das irmandades das misericórdias.

10 Podemos observar que desde terceira década do século XX os relatórios passam a ser bianuais e com o passar dos anos e a diminuição das atividades exercidas pela Santa Casa, os relatórios passam a ser apresentados de forma irregular no que diz respeito aos anos que engloba.

a construção da Igreja, abandonado e destruído durante o período de ocupação holandesa e reativado posteriormente. As informações mais antigas encontradas no acervo sobre as atividades hospitalares exercidas pela Santa Casa podem ser entrevistas em documentos avulsos (atas e ofícios), cujos mais antigos datam da segunda metade do século XVIII. O referido hospital era composto, a princípio, por apenas uma larga sala de enfermaria.

A ampliação mais significativa do espaço hospitalar ocorreu em meados do século XIX, em virtude de uma doação feita pelo imperador Dom Pedro II (cuja visita feita em 1859 à Misericórdia da Paraíba está narrada longamente no relatório apresentado à mesa em 1860) que serviu para a construção de uma enfermaria exclusivamente feminina para atender ao decoro público, como posto nos documentos. Esse era o único hospital da capital até o início do século XX e atendia aos irmãos da Instituição, inclusive suas famílias, aos pobres livres, aos negros escravos e forros, muitas vezes abandonados às portas da Igreja, aos presos e até ao corpo militar através de convênio firmado com a administração da Província desde meados do século XIX.

Em geral os membros de famílias de melhor condição eram tratados em casa por médicos particulares. Os documentos deixam pistas a respeito de outras instituições hospitalares, de curta duração, que atuaram sob os auspícios da Santa Casa e que foram construídas no turbulento século XIX, marcado pelo desenvolvimento urbano, pelo crescimento demográfico e por distúrbios ocasionados por epidemias e secas. Um exemplo é o Hospital do Rio do Peixe, construído em terreno pertencente à Irmandade com o apoio do governo da província para atender a demanda crescente das epidemias de varíola e cólera em fins do século XIX. Além destes encontramos referências ao Hospital

Sant'Anna que, pelo que pudemos observar, funcionava como um asilo aos alienados, até então tratados juntos com os demais doentes no hospital da caridade. Por volta de 1909, começou a funcionar o Hospital Santa Isabel, também em terreno de propriedade da Santa Casa, cuja construção contou com grande apoio de verbas públicas. Este último Hospital pertenceu à administração da Santa Casa até 2010 quando, por motivo de graves problemas administrativos e financeiros, foi a leilão público sendo arrematado pela municipalidade. É o fim da assistência hospitalar prestada pela irmandade na Paraíba.

Quanto às atividades de “cobrir os nus”; “dar de comer aos famintos e pobres”; “dar de beber aos que tem sede”, não existem documentos que esclareçam os meios pelos quais eram praticadas, exceto que a Igreja era um ponto de arrecadação e distribuição de roupas e mantimentos e vários documentos e livros do financeiro apontam valores destinados a esse tipo de caridade. Também por documentações do “setor financeiro”, sabemos ainda que existiam vários pensionistas, em geral viúvas de irmãos, que viviam do apoio financeiro prestado pela Santa Casa.

Quanto ao serviço de “Asilo”, era realizado nas acomodações do próprio Hospital da Caridade e recebia todos os tipos de indivíduos à margem da sociedade: Escravos velhos ou doentes demais para servirem, que eram abandonados por seus senhores e terminavam seus dias no hospital; desamparados miseráveis provenientes da cidade ou do campo e que em períodos de graves distúrbios e instabilidade, como o que marcou a “grande seca” de 1870 ou os surtos epidêmicos de cólera, varíola e febre amarela que se sucederam desde a segunda metade do século XIX; doentes, em especial, crianças e adolescentes, cuja família deixava aos cuidados do hospital e não voltava para buscar; pessoas que sofriam de doenças mentais de diversas ordens,

nomeadas “loucas” ou “alienadas” e indigentes em geral.

Entre as atividades assistenciais prestadas pela irmandade e firmadas em seus compromissos, as obrigações relativas ao sepultamento e a oração a Deus pelos mortos têm grande relevância. Na Paraíba, os serviços fúnebres que devotavam cuidados com o corpo e a alma dos mortos estão entre as atividades socialmente mais importantes e economicamente lucrativas prestadas pela Santa Casa, em consonância com o que acontecia nas demais casas espalhadas pelo Brasil até o início do século XX. Este tipo de serviço era prestado em prol não apenas dos irmãos, geralmente abastados, mas também dos pobres livres e escravos. Numa província de economia pouco desenvolvida, não eram poucos os que dependiam da caridade da Santa Casa para a encomenda de suas almas e sepultamento de seus corpos, fazendo dela, portanto, a principal administradora da morte e dos mortos na Parahyba. Até a metade dos oitocentos, a inumação dos mortos se fazia distintamente nas catacumbas do antigo cemitério ao largo da Igreja, cuja organização espacial respeitava a hierarquia social a que estavam submetidos vivos e mortos.

Em 1850 a partir do estabelecimento da lei provincial n. 7 de 23 de março, a provedoria do Estado passa a requerer as primeiras medidas para a construção de um cemitério, entendido como um “estabelecimento tão útil à salubridade pública e de acordo com a civilização do século”¹¹. No entanto apenas em 1855 um regulamento para o cemitério é formulado e, segundo o relatório deste ano, “dentro em pouco tempo ficará ele em estado de receber cadáveres cujos enterramentos ainda se fazem nas nossas Igrejas com desacordo à Religião e em

11 Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentíssimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/577/> (último acesso em 23/09/2014).

detrimento da saúde pública”. É possível que essa aceleração, que se contrapõem a morosidade dos anos precedentes, se deva principalmente a terrível epidemia do Chólera Morbus que se alastrava pelo Império e batia às portas da Província. Em julho de 1855, por meio de lei provincial, o cemitério recém-construído foi entregue a administração da Santa Casa de Misericórdia, que o teria recebido “Com certa repugnância”¹², tendo em vista o ônus que acarretava para a instituição cujas finanças encontravam-se tão debilitadas. Mas o recebe mesmo assim, diante do estabelecimento de um monopólio a ser exercido pela instituição sobre os sepultamentos e entrevê aí a possibilidade de aumentar seus rendimentos. O cemitério nomeado “O Senhor da Boa Sentença”, começa então a receber seus mortos sob a tutela da Santa Casa e suas atividades e movimentações encontram-se registradas nos relatórios anuais de provedoria da Instituição, nos relatórios remetidos pelo administrador do cemitério à Mesa da Irmandade e nos registros obituários, também denominados “mapa de cadáveres”, encontrados no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Assim, entre a metade do século XIX e o ano de 1930, a Santa Casa de Misericórdia passa a gestão dos mortos em articulação com o governo da provedoria da Parahyba. Trata-se de um momento-chave que marca a alteração profunda nas posturas tradicionais dos vivos para com os mortos cujo cuidado torna-se definitivamente um problema de Saúde Pública a ser regulamentado pelo Estado e a memória relativa aos entes que se foram, vai aos poucos se laicizando.

Além destas, determinadas pelo compromisso, outra importante atividade de assistência foi realizada pela Instituição da Misericórdia na Paraíba, tal qual acontecia com as Santas

12 Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1856. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/583/> (último acesso em 23/09/2014).

Casas do Brasil. Trata-se da “roda dos expostos” a partir da qual era feito o recolhimento de crianças abandonadas. Filhos ilegítimos, ou legítimos de famílias pobres demais para alimentar mais alguém, crianças nascidas em cativeiros, filhos de mães mortas no parto, entre outros casos, eram “enfeitados” e entregues aos cuidados da Misericórdia. Em geral, os bebês (ou crianças pequenas, entregues com até 5 anos, como apontado em alguns documentos), recebiam os primeiros cuidados no hospital para em seguida serem entregues a uma “creadeira”, uma mãe provisória que, com a ajuda financeira da Santa Casa, deveria cuidar da criança. Embora não fizesse parte de alguma regra determinada por regulamentos compromissais, sabe-se, de acordo com os relatórios, que as crianças deveriam continuar sob a caridade da SCM/ PB, tendo por intermédio as criadeiras, até os sete anos de idade. Ao completar sete anos, as crianças deveriam ser entregues ao Juizado de Orphãos que lhes daria destino. No que diz respeito aos meninos expostos, eram comumente encaminhados para aprendizes de algum ofício, preferencialmente a alfaiataria e o trabalho de sapateiro, enquanto que as meninas eram destinadas ao trabalho doméstico e deveriam ser tuteladas pelos respectivos juízes de órfãos até o casamento. O objetivo principal e declarado das tutelas era o de afastar essas crianças abandonadas de destinos socialmente inconvenientes como a mendicância, desonestidades morais e criminalidade.

No entanto, sobre a forma como essa educação ocorria, ou se ocorria realmente, não pudemos extrair informações esclarecedoras nos documentos identificados até então. O recolhimento das crianças desamparadas persistiu até as primeiras décadas do século XX.

Ao fim do século XIX, com o advento da República, os problemas financeiros da Santa Casa vão se acumulando e

correspondem à perda do prestígio das irmandades religiosas em todo o Brasil. O que antes compunha uma rede de atividades assistenciais fundamentais exercidas localmente, aos poucos vai se extinguindo na medida em que a Santa Casa vai perdendo, para os poderes municipais e estaduais¹³, seus meios de praticar a caridade. A partir dos documentos provenientes de sua administração, sabemos que, desde os últimos anos do Império, a Santa Casa já não prestava auxílio aos presos, o número dos pensionistas auxiliados também diminui gradativamente; No alvorecer do século XX, acumula com dificuldades o acolhimento dos expostos e indigentes, enquanto dedica dispendioso afinho aos hospitais sob sua tutela. Os números das esmolas de caridade decaem e não se vê com frequência a Santa Casa ser beneficiada nos testamentos de personalidades locais falecidas.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba estendia seu campo de atuação muito para além das questões espirituais e sua participação ativa e interventora nos “negócios” da Província advém das ‘funções corporais’, que como apontamos, se encontra documentada em registros administrativos diversos, ressaltando o valor que os estudos que se lhes dediquem atenção podem ter para a compreensão da sociedade paraibana no decorrer dos séculos. A análise cuidadosa do papel sócio religioso desempenhado pela Irmandade da Misericórdia não deixa dúvidas de que esta era considerada como parte da administração pública colonial, imperial e, durante algum tempo, republicana¹⁴. Seus integrantes assumiam papéis fundamentais

13 É interessante destacar que estas perdas iniciam-se com separação entre o Estado e a Igreja que ocorreu com a Proclamação da República, porém os documentos do arquivo da Santa Casa da Paraíba demonstram que a instituição continuou a administrar o cemitério em nome da municipalidade.

14 É possível verificar nos documentos esta estreita relação entre a Santa Casa e o Estado e que se estende para além da separação que ocorre com a Proclamação da República, pois é a instituição que continua a administrar o cemitério da cidade até meados de 1930.

e cambiantes desta administração desvelando um cenário de relações de poder, perante os quais se alternavam interesses convergentes e conflitantes.

2.2 Metodologia e organização documental

As etapas deste projeto estão sendo realizadas por estudantes voluntários do curso de Arquivologia do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Campus V, da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação e supervisão dos coordenadores deste projeto, docentes do referido curso. O arquivo da SCMPB já vem servindo de base para aulas de campo em disciplinas¹⁵ presentes na grade curricular do curso de Arquivologia da UEPB e desperta o interesse acadêmico de muitos daqueles que participam das aulas. O trabalho de diagnóstico, planejamento e reorganização do arquivo já foi iniciado, apesar da falta de recursos materiais e financiamentos impedem a continuidade e a manutenção do que já foi executado.

O primeiro ponto a ser destacado sobre a metodologia que tem orientado este projeto diz respeito à relação intrínseca entre a Arquivologia e a História no trato dos chamados arquivos permanentes. O processo de organização de um arquivo deve levar em consideração o seu contexto de produção, sobretudo daqueles provenientes de instituições extintas ou, como a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, com uma história tão longa. Desta forma, estudar a instituição e as modificações administrativas ocorridas no decorrer do tempo é fundamental

15 As disciplinas obrigatórias, Paleografia e História da Paraíba, têm tido o seu programa semestral formulado em articulação com o projeto para a realização de aulas práticas, garantindo que os alunos adquiram experiência arquivística num arquivo permanente cuja documentação dialoga diretamente com o conteúdo teórico apreendido em sala de aula. Por outro lado, o projeto se beneficia das atividades realizadas pelos alunos nas aulas de campo e muitos passam a integrar permanentemente nossa equipe. Além disso, temos atualmente cinco estagiários que optaram por cumprir estágio obrigatório não remunerado na instituição sob a supervisão dos coordenadores deste projeto.

para identificar a produção documental.

Estamos desenvolvendo, a partir de pesquisas bibliográficas e do próprio acervo da irmandade, a sua história administrativa. Esta atividade está sendo efetuada concomitantemente ao trabalho de identificação do acervo, tanto no seu aspecto descritivo quando em seu aspecto quantitativo. Por isso, inerente ao trabalho arquivístico, objetivamos manter em atuação um grupo de pesquisa e investigação histórica que vem fazendo o levantamento e estudo das referências bibliográficas mais pertinentes, tanto da historiografia quanto da arquivística, específicas ao tema das santas casas. Dada a escassez de trabalhos sobre a instituição paraibana, a própria documentação presente no arquivo (em especial, relatórios e compromissos) nos serve de base para a conformação de sua história administrativa.

Não se trata de um trabalho simples, pois a documentação pode ser abundante para alguns períodos e temáticas, enquanto outros permanecem obscuros de forma que a possibilidade de pesquisar em outros arquivos públicos que possuam documentação pertinente às atividades da Santa Casa e cruzar referências está sendo analisada. Portanto, ao mesmo tempo em que estamos aplicando o tratamento arquivístico no conjunto documental, estamos também estruturando a história administrativa da SCMPB com o objetivo de auxiliar a organização do acervo, esperando ainda contribuir com a historiografia devota ao tema.

A história custodial do arquivo é confusa e segundo o administrador da Igreja, João Batista de Lima, o acervo que havia sido transferido para o centro da administração da Santa Casa, no bairro de Tambiá, em João Pessoa, na segunda década do século XX, retornou para o andar superior da Igreja no ano de 2010. Desta forma, qualquer configuração organizacional origi-

nal ficou seriamente comprometida. Outro fator importante que já foi referido, mas que merece ser destacado uma vez mais é o atual estado de desorganização em que se encontra o arquivo da referida instituição e a situação do espaço físico destinado a armazenar a documentação. É importante buscarmos apoio de instituições financeiras para fazermos todo o tratamento necessário à documentação, como também redefinirmos o local de custódia deste considerável arquivo.

Para a Arquivologia o conceito de documento é visto, não só como uma unidade isolada a partir do seu conteúdo, mas como um elemento relacional, com outros documentos e também com a sua unidade produtora. É com esta perspectiva que se analisa as tipologias documentais. Assim, a análise Diplomática utilizada como ferramenta pela Arquivologia deve ir para além da decomposição dos elementos formadores do documento (sintaxe), visa encontrar neles as relações necessárias para que o documento arquivístico possa continuar a ser fonte de prova, pois como nos apresenta Rodrigues (2008, p. 35) a “[...]capacidade de provar o fato que lhe dá origem é resultado da especial relação que o documento tem com o órgão que lhe o produz, o vínculo que se revela no conteúdo pela atividade registrada”.

Assim, como atividade primordial e paralelamente a ser realizada, iniciamos um levantamento do acervo, identificando os tipos documentais, seus quantitativos e seu estado de conservação. Para esta primeira etapa elaboramos uma ficha de identificação tendo como base o trabalho da Diplomática Contemporânea estabelecido por Bellotto (2008) e Rodrigues (2008). A ficha de identificação produzida pelo projeto consta os seguintes elementos:

Quadro 1 – Ficha de Identificação

Nº do registro: _____			
Tipologia documental: _____			
Formato: Livro ()	Avulso ()	Fotografia ()	Outros () _____
Estrutura de Armazenamento: Caixa () Pasta ()			
Datas-limites: _____			
Tramitação: Produtor _____			
Destinatário _____			
Quantidade de páginas: _____			
Original () Cópia ()			
Resumo do conteúdo: _____			
Localização: Sala _____ Estante _____ Gaveta _____ Caixa _____			
Situação do documento: _____			
Observações: _____			

Data da identificação: _____			
Responsável: _____			

Fonte: Projeto de Pesquisa ASCM.

É importante enfatizar que este trabalho de identificação e registro ocorrerá em paralelo ao estudo da história institucional da qual tencionamos extrair as funções produtoras dos documentos. Isto feito dará subsídio para a constituição de um plano de classificação e, principalmente, a reconstituição do contexto de produção, tão importante para a organização arquivística como para entendimento histórico da instituição.

Após esta primeira fase, iniciaremos uma atualização dos organogramas e quadros de competências adotando divisões temporais estabelecidas de acordo com os marcos extraídos da própria trajetória histórica da Instituição a qual pertence o arquivo. Este trabalho nos permitirá a formação das séries

documentais. Após esta atualização, nos dedicaremos ao segundo bloco de atividades cuja aplicação está diretamente relacionada aos conhecimentos desenvolvidos pelas Ciências da Informação.

Consideramos que a consecução destas atividades permitirá a reorganização de um acervo importante para o entendimento da história da Paraíba e, conseqüentemente, do Brasil. Além disso, esta proposta de trabalho, além de permitir o acesso de maneira organizada, também uniu duas áreas do conhecimento (Arquivologia e História) em prol da memória paraibana.

Por fim, tencionamos promover a ampla divulgação do acervo para que este sirva de base a novos estudos e pesquisas. Não podemos nos omitir ao fato de que esses documentos ajudam a desvelar a história institucional de uma importante irmandade que se fez fundamental na Terra de Santa Cruz, adquirindo contornos próprios sem jamais se desligar de sua matriz no além-mar. A história das Santas Casas de Misericórdia no Brasil se confunde com a própria história do Império Português Ultramarino e com toda a história nacional. Para a divulgação deste trabalho iremos, em uma outra etapa, elaborar os catálogos dos documentos e digitalização completa do acervo para que a pesquisa possa ser realizada de maneira automatizada, não para facilitar o contato com a informação, como também para ampliar a preservação sobre o suporte.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de toda a sua história a Santa Casa da Paraíba produziu um acervo extremamente rico que, durante muitos anos, ficou relegado ao abandono tendo em vista que não recebe nenhum apoio de instituições para a manutenção do seu arquivo. Ao propor a organização de um arquivo permanente cujo acervo documental é portador de incalculável valor histórico e que, não obstante sua antiguidade e importância permanece pouco explorado, já pressentíamos ter pela frente um trabalho desafiador. Este artigo apresenta um vislumbre das dificuldades e possibilidades decorrentes da execução em andamento do projeto de organização do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

Desde o início do nosso trabalho partimos do pressuposto clássico de que os arquivos são as bases da memória institucional, pois são os produtos documentais das atividades realizadas pelos diversos órgãos, seja público ou privado, e servem como base para o fortalecimento de produções historiográficas com interesse específico nessa mesma instituição, ou na região em que ela se insere. No entanto decidimos que, antes de evocarmos a contribuição arquivística para a história, precisávamos concomitantemente à organização documental, de um árduo trabalho de investigação histórica para compreensão da farta e complexa massa documental que tínhamos em mãos.

Assim, tendo como propósito final a recuperação do arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, decidimos manter o foco na reconstituição histórico-administrativa da instituição retrazendo a orgânica e funcionamento como primeira etapa antes da elaboração de um plano de classificação documental. Trata-se de uma investigação histórica como instrumento para o trabalho arquivístico.

É importante ressaltar que a complexidade do trabalho

de organização deste acervo em particular se dá em virtude da intrincada rede de relações estabelecidas entre a irmandade e as esferas governamentais municipais e provinciais, além das múltiplas atividades nas quais estava envolvida a Santa Casa da Paraíba. Dessa forma, nos surgiu o impulso de procurar o eco dessas relações em outros documentos históricos, como as atas da assembleia municipal e os relatórios da provedoria provincial. É um trabalho que demanda tempo, mas que ressalta nossa opção por executar uma reorganização documental que respeite a lógica estrutural da instituição. Outro problema é a escassez de referências bibliográficas sobre a trajetória histórica¹⁶ da instituição e as enormes lacunas documentais para compor tal história.

A realização do projeto a que nos propomos, abriu espaço a uma diversidade de possibilidades. A organização do conjunto documental produzido e/ou recebido pela Santa Casa de Misericórdia da Parahyba durante o percurso de suas atividades administrativas tem em vista possibilitar a este arquivo permanente o pleno exercício de suas finalidades bem como a preservação da memória. Descobrimos se tratar de um material importante, portador de uma riqueza evidente pelo conjunto de informações que servem a uma análise quantitativa e qualitativa dos dados e que certamente representam um material importante para estudos variados.

Mas não se trata apenas das possibilidades de uma história institucional da Santa Casa da Paraíba, pois a documentação disponível no referido arquivo favorece a compreensão das relações entre inúmeras variáveis sociais locais (cultura,

16 Além do livro de Wilson Seixas, dentre as obras bibliográficas que oferecem informações históricas relevantes a respeito da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba podemos citar: Lopes Machado, Maximiano – “História da Província da Paraíba”; Ferreira Pinto, Irineu – “Datas e notas para a história da Paraíba”; De Almeida, Horácio – “História da Paraíba”.

religiosidade, política e economia). Não devem jamais ser diminuídos em sua riqueza elucidativa por se tratar de “papelada” administrativa já que podem expressar, para além das vontades dos escrivães, os elementos de uma sensibilidade coletiva, afinal, como aponta Bellotto (2006):

[...] a história não se faz com documentos para serem históricos [...] se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com o dia-a-dia administrativo, além de fontes não governamentais. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade. (BELLOTTO, 2006, p. 27)

A partir do método empregado pudemos chegar a algumas considerações importantes. Em primeiro lugar, os documentos constantes do acervo são resultantes direta ou indiretamente das ações corporais de caridade previstas nos compromissos e que, historicamente se estabeleceram como campos de “responsabilidade social” das Santas Casas. Percebemos que, nos períodos imperial e republicano, estabeleceram-se várias redes relacionais entre a Santa Casa da Paraíba e vários órgãos da administração pública em virtude das obrigações de caridade. Dentre estas tem nos chamado à atenção a relação com as forças de policiais de segurança pública que ocorria em duas vias: tanto em virtude da caridade que esta mantinha para com os presos e loucos, quanto ao uso da assistência hospitalar da qual se servia os soldados a partir de convênio estabelecido com a administração provincial.

Há ainda a questão patrimonial e financeira. Os documentos que identificamos como resultantes das atividades financeiras da Santa Casa são maioria dentre todo o conjunto documental e se apresentam como resultantes e sustentáculo das assistências prestadas, dentre essas, a assistência funerária se apresentou como importante fonte de renda. Mas sabemos que não se

tratava de uma instituição autossuficiente e que a maior parte das rendas vinham da ajuda financeira repassada pelo Estado, de doações particulares, além do aluguel de foros e prédios pertencentes ao patrimônio da instituição.

Neste sentido, a reorganização dos documentos produzidos pela Santa Casa de Misericórdia, torna-se de vital importância não só para o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, como também para entendermos como se desencadeava o exercício das atividades referentes ao assistencialismo que mais tarde passam a ser atividades do Estado.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. O Papel das Misericórdias dos “Lugares de além-mar” na Formação do Império Português. Évora: Editora Universidade de Évora, 2001.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (org.). Diálogos Interdisciplinares: Anais dos Textos Completos do 1º Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica. Campina Grande: Editora da UFCG, 2009.

BELLOTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1998.

OLIEVIRA, L. I. P. C. Entre casas, ruas e igrejas: crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista, 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LUNA, M. A. N. Caridade sistematizada: tipologia dos registros documentais da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba (1844-1897). 2014. 77 f. Monografia (Bacharelado em Arquivologia) - CCBSA, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

KHOURY, Y. A. (coord.). Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; PUC-SP: FAPESP, 2004.

PEREIRA, M. O. A. O Arquivo como Reflexo da Orgânica e Funcionamento das Misericórdias. In: ROSA, M. L.; FONTES, P. F. (Org.). O Arquivística e Arquivos Religiosos: contributos para uma reflexão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2000.

REAL, M. L.; MEIRELES, M. A.; RIBEIRO, F. Arquivística e documentação de História Local. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1., 1985, Porto. Anais... Porto: BAD, 1985. p. 4.

RODRIGUES, A. C. Diplomática Contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SEIXAS, W. N. Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 anos. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.